



[Artigos inéditos]

Resiliência e Empoderamento nas Margens do Capitalismo: um Estudo sobre a Economia Familiar Brasileira a partir do Documentário Estou me guardando para quando o Carnaval chegar.

Resilience and Empowerment on the Margins of Capitalism: A Study on the Brazilian Family Economy Based on the Documentary "Waiting for the Carnival".

Sebastião Felipe Lucena Pessoa¹

¹Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: felipepeessoa@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1305-8169>.

Renato Bernardi²

²Universidade de Marília (UNIMAR), Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: bernardi@unimar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5938-5545>.

Artigo recebido em 25/09/2024 e aceito em 10/08/2025.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

A resiliência e o empoderamento são dois construtos muito significativos que podem ajudar a entender a situação econômica em que as famílias brasileiras operam, especialmente na situação de crise e disparidades sistêmicas. O objetivo deste trabalho é, portanto, entender como esses construtos surgem na economia doméstica brasileira, tomando como caso o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar*. Usando uma abordagem qualitativa e dedutiva, tentamos desvendar as estratégias de resiliência e os mecanismos de empoderamento que surgem ao longo do cotidiano das famílias. De fato, os resultados indicam que as famílias estão se envolvendo em práticas inovadoras e colaborativas como uma estratégia para superar adversidades e, conseqüentemente, aumentar seu próprio empoderamento. A ênfase final é o destaque à necessidade políticas públicas que incentivam o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico; Economia familiar; Empoderamento; Resiliência.

Abstract

Resilience and empowerment are two significant constructs that can help understand the economic situation in which Brazilian families operate, especially in the context of crises and systemic disparities. Therefore, the objective of this work is to understand how these constructs emerge in the domestic economy of Brazil, using the documentary *Waiting for the Carnival* as a case study. Through a qualitative and inductive approach, we seek to uncover the strategies and mechanisms of empowerment and resilience that emerge in the course of families' daily lives. Indeed, the results validate that families are actively engaged in innovative and collaborative practices as a strategy to withstand adversities and, consequently, gain empowerment. The final focus is the emphasis on the need for public policies that encourage socioeconomic development.

Keywords: Empowerment; Family economy; Resilience; Socioeconomic development.



1. Introdução

A resiliência e o empoderamento são conceitos fundamentais para compreender a situação econômica das famílias brasileiras, especialmente em contextos de crise e disparidades sistêmicas. Para entender plenamente essa questão, é necessário considerar a desigualdade econômica, mensurada pelo Coeficiente de Gini, uma medida desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. Em 2019, o Coeficiente de Gini no Brasil foi de 0,542, um dos mais elevados do mundo (IBGE, 2018). Este índice reflete a profunda desigualdade na distribuição de renda no país, onde uma pequena parcela da população detém a maior parte da riqueza.

De acordo com Wolffenbüttel (2024), o índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é:

[...] um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos [...].

O Brasil tem enfrentado múltiplas crises financeiras nas últimas décadas, cujos impactos têm sido sentidos de forma acentuada pelas famílias. Durante a crise de 2014-2016, o produto interno bruto sofreu uma queda significativa, e o desemprego atingiu 13,7% em 2017, afetando mais de 14 milhões de brasileiros (IBGE, 2018). A crise provocada pela pandemia de COVID-19 agravou ainda mais as desigualdades, prejudicando as condições econômicas das famílias e aprofundando as dificuldades enfrentadas pela população.

Nesse contexto, resiliência é a capacidade de enfrentar, superar e crescer através da adversidade, enquanto se ajusta bem a mudanças e crises. É uma capacidade dinâmica multifacetada que tem recebido muita discussão na literatura em relação à sobrevivência e ao bem-estar das famílias (Masten, 2018). Por sua vez, o empoderamento é um processo pelo qual pessoas e comunidades são capacitadas a exercer maior controle sobre suas vidas, aumentando sua capacidade de criar escolhas e mudanças substanciais de maneira informada. Esses dois conceitos estão intimamente relacionados, e a prática da família brasileira, em geral, é recorrer a mecanismos de resiliência e empoderamento para lidar com as dificuldades da desigualdade e o cenário de crise crônica (Gonçalves et al., 2013).



O documentário dirigido por Marcelo Gomes, é um olhar íntimo sobre a vida comunitária através da ótica da indústria das fábricas de jeans, considerando a luta diária dos trabalhadores por sobrevivência e dignidade. É igualmente um testemunho do poderoso poder de resiliência e fortalecimento das famílias no ambiente de fragilidade econômica, no qual empregam vias criativas para manter suas economias e o tecido social coesos. Dessa forma, este estudo procura se aproximar dessas dinâmicas ao tomar o documentário como um catalisador para uma discussão mais ampla sobre a economia doméstica no Brasil.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é entender em que medida a resiliência e o empoderamento estão inscritos na economia doméstica do Brasil, abordando, para esse fim, o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar*.

Esse documentário é particularmente empregado como fonte pelo tipo de detalhes factuais e imagéticos revelados, que comunicam bem o tipo de adversidade e de estratégias empregadas pelas famílias. É por meio do entendimento das estratégias de sobrevivência diária que se pode desvendar o tipo de organização comunitária envolvida, onde ela obtém sua resiliência e como os dois aspectos se relacionam com saber superar adversidades.

Os objetivos específicos do projeto são: compreender as estratégias de resiliência adotadas pelas famílias brasileiras; entender os mecanismos de empoderamento que emergem no cotidiano familiar; e compreender as dinâmicas econômicas locais que impactam a vida das famílias.

No que diz respeito às estratégias de resiliência, o foco está na forma como as famílias lidam com a mudança e a desvantagem, nos recursos que elas empregam e no significado das estratégias usadas em termos da capacidade de lidar com barreiras. O sentido de descobrir mecanismos de capacitação, por sua vez, está ligado ao processo de ganhar controle sobre suas próprias vidas, à forma como as famílias se organizam coletivamente e ao que fazem para se dar bem.

A questão norteadora desta pesquisa é: Como o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* representa estratégias de resiliência e empoderamento no contexto da economia doméstica brasileira? Tal pergunta permite uma investigação direcionada e profunda a partir do enfoque específico em como as narrativas e as imagens do documentário revelam essas estratégias.



Dessa forma, este estudo visa trazer à tona a compreensão e a experiência dessas práticas pelas famílias em discussão, fazendo esta pesquisa se concretizar na vivência direta das pessoas mais do que em teorias e números – ainda que estes sejam muito importantes. A metodologia utilizada foi a dedutiva, com uma abordagem qualitativa, que proporciona a base para analisar e interpretar os dados, bem como permite a revisão crítica da literatura pertinente em relação à resiliência. A análise bibliográfica foi ideal para este tipo de pesquisa, já que ela irá incorporar muitas fontes de dados e desenvolver um forte arcabouço teórico. O método adotado também permite que as áreas onde ocorram falhas de conhecimento sejam delineadas, mostrando claramente a direção a ser tomada em pesquisas futuras.

2. Conceitos e fundamentos teóricos

A fim de embasar teoricamente a análise proposta, é necessário apresentar os conceitos de resiliência e empoderamento no contexto da economia familiar, bem como discutir o papel da economia doméstica no Brasil.

2.1 Resiliência: definição e aplicações na economia familiar

Inicialmente, será examinada a noção de resiliência, considerada um elemento chave para a compreensão das estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias em contextos adversos.

A resiliência, no contexto da economia familiar, está ligada à capacidade das famílias de enfrentar e superar adversidades econômicas. Esse fenômeno envolve não apenas a habilidade de resistir a choques, mas também de se adaptar e se transformar diante de desafios, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das unidades familiares. A literatura sobre resiliência na economia familiar é vasta e diversa, abrangendo desde análises de práticas agrícolas até investigações de estratégias de sobrevivência em contextos urbanos.

Segundo Baiardi e Alencar (2014), a agricultura familiar no Brasil apresenta uma lógica constitutiva que se baseia em princípios de resiliência. Os autores destacam que, apesar das dificuldades enfrentadas, como a falta de acesso a crédito e a vulnerabilidade



a mudanças climáticas, as famílias agricultoras demonstram uma capacidade notável de adaptação. Tanta resiliência é manifestada através de práticas como a diversificação de culturas, a utilização de conhecimentos tradicionais e a cooperação entre famílias e comunidades. Essas estratégias permitem que os agricultores familiares mantenham a produção e a renda, mesmo em situações adversas.

O estudo de Costa (2016) sobre as zungueiras de Benguela, cujo foco é um contexto africano, oferece percepções valiosas sobre a resiliência em economias familiares urbanas. As zungueiras são vendedoras ambulantes que operam sob condições extremamente precárias. A pesquisa revela que, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, essas mulheres desenvolvem diversas estratégias para assegurar a sobrevivência de suas famílias. Nesse caso, a resiliência se manifesta por meio da capacidade de criar redes de apoio, adaptar-se às exigências do mercado informal e gerenciar com cuidado os recursos escassos. Essas práticas não apenas garantem a subsistência imediata, mas também contribuem para a formação de uma identidade coletiva e um senso de propósito.

Por sua vez, Teixeira e Pires (2017) exploram a relação entre a produção agroecológica e a resiliência na agricultura familiar do Sertão do Araripe, em Pernambuco. A agroecologia, com seu foco na sustentabilidade e na utilização de recursos locais, revela-se uma estratégia poderosa para aumentar a resiliência das famílias agricultoras. Os autores mencionam que a adoção de práticas agroecológicas não só melhora a produtividade e a qualidade dos produtos, como também fortalece a capacidade das famílias de resistir a crises econômicas e ambientais, uma vez que a agroecologia promove a autonomia das famílias, reduzindo a dependência delas de insumos externos e de mercados voláteis.

A resiliência na economia familiar também se evidencia na capacidade das famílias de se adaptar a novas realidades econômicas. Em muitos casos, essa adaptação envolve a diversificação das fontes de renda, a inovação nos métodos de produção e a busca por novas oportunidades de mercado. Tais adaptações são essenciais para a sobrevivência das famílias em um ambiente socioeconômico em constante mudança. A flexibilidade e a capacidade de aprendizagem contínua são, portanto, aspectos fundamentais da resiliência econômica.

Outro aspecto importante da resiliência é a capacidade das famílias de mobilizar recursos e redes de apoio. Esse processo inclui a ajuda mútua entre membros da família,



a cooperação com vizinhos e a participação em organizações comunitárias. Essas redes de apoio são essenciais para a partilha de conhecimentos, a troca de recursos e a construção de uma base de solidariedade que fortalece a resiliência coletiva. Nesse sentido, Baiardi e Alencar (2014) argumentam que essa cooperação é particularmente evidente nas comunidades rurais, onde os laços sociais são fortes e a interdependência é uma característica marcante.

A capacidade de planejamento e gestão eficiente dos recursos é mais um elemento que compõe a resiliência. Em contextos de escassez, as famílias devem ser capazes de fazer uso estratégico dos recursos disponíveis, de modo a garantir que suas necessidades básicas sejam atendidas enquanto buscam oportunidades de melhoria. Por planejamento, entende-se tudo aquilo que envolve a gestão financeira, a alocação de tempo e a priorização das atividades econômicas mais rentáveis. A habilidade de fazer escolhas informadas e estratégicas é, portanto, uma componente crítica da resiliência (Grafton et al., 2019).

Por fim, a resiliência na economia familiar é um processo dinâmico e multifacetado que requer uma combinação de capacidades individuais e coletivas. Envolve a adaptação contínua diante de mudanças, a inovação nas práticas econômicas e a mobilização de redes de apoio. Estudos, como os de Baiardi e Alencar (2014), Costa (2016) e Teixeira e Pires (2017), oferecem uma compreensão profunda das diversas formas como as famílias brasileiras demonstram resiliência. Nessas análises, sublinha-se a relevância de políticas públicas que reconheçam e apoiem essas capacidades, promovendo um ambiente socioeconômico mais justo e sustentável para todas as famílias.

Complementar à resiliência, o conceito de empoderamento permite uma abordagem mais ampla das transformações sociais e econômicas vividas pelas famílias brasileiras.

2.2 Empoderamento: definição e importância na economia familiar

O empoderamento, em seu sentido mais amplo, refere-se ao processo pelo qual indivíduos ou grupos ganham poder e controle sobre suas próprias vidas e circunstâncias. No contexto da economia familiar, o empoderamento envolve a capacidade das famílias de tomar decisões informadas, acessar recursos e oportunidades, bem como participar



de maneira significativa na economia. Tal conceito tem relevância notável no caso de comunidades rurais e grupos tradicionalmente marginalizados, como mulheres e pequenos agricultores, que com frequência enfrentam barreiras significativas à sua plena participação econômica e social.

Gonçalves, Marta-Costa e Cristóvão (2013) discutem o empoderamento de comunidades rurais como uma prática essencial para a revitalização de aldeias. Segundo os autores, empoderar essas comunidades significa fornecer-lhes as ferramentas e os conhecimentos necessários para que possam gerir seus próprios recursos de maneira sustentável e eficaz. Essa abordagem, além de melhorar a qualidade de vida nas aldeias, promove a coesão social e a resiliência econômica. As comunidades empoderadas são, assim, capazes de desenvolver projetos e iniciativas que atendem às suas necessidades específicas, reduzindo a dependência de intervenções externas e criando uma base sólida para o desenvolvimento local.

O empoderamento feminino na agricultura familiar é um tema amplamente discutido por Gubert et al. (2020). Eles indicam que as mulheres desempenham um papel importantíssimo na sustentabilidade das economias familiares, sobretudo em áreas rurais. No entanto, elas muitas vezes enfrentam desigualdades em termos de acesso a recursos, crédito e formação. O empoderamento feminino, portanto, envolve a remoção dessas barreiras e a criação de oportunidades para que as mulheres possam contribuir de maneira plena para a economia familiar. Ele inclui a capacitação em habilidades agrícolas, o acesso a mercados e a participação em decisões comunitárias.

Ainda sobre o tema, Cruz, Lima e Campos (2021) analisam como as feiras agroecológicas podem servir como base para o empoderamento feminino na agricultura familiar. As feiras oferecem às mulheres a oportunidade de venderem seus produtos diretamente aos consumidores, criando uma fonte de renda própria e um espaço para o intercâmbio de conhecimentos. Ainda, essas feiras fortalecem as redes de apoio entre as agricultoras e promovem a solidariedade e a cooperação. Logo, esse tipo de empoderamento tanto melhora a segurança alimentar das famílias quanto contribui para a autonomia econômica das mulheres e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Correia, Chies e França (2020) estudam o empoderamento das mulheres aposentadas rurais no município de Mamborê, no Paraná. Eles destacam que, mesmo após a aposentadoria, essas mulheres continuam a desempenhar papéis vitais em suas



comunidades, contribuindo com seu conhecimento e sua experiência. O empoderamento, nesse contexto, envolve reconhecer e valorizar essas contribuições, bem como proporcionar oportunidades para que as mulheres continuem a participar ativamente na vida comunitária. Isso pode incluir a criação de programas de formação continuada e a promoção de atividades econômicas que aproveitem as habilidades dessas mulheres.

Por sua vez, Carvalho e Knox (2021) exploram o empoderamento feminino em comunidades pesqueiras através da maricultura. Eles observam que, ao envolver mulheres na criação e na gestão de projetos de maricultura, não só as comunidades diversificam suas fontes de renda, mas também é promovida a igualdade de gênero, uma vez que as mulheres, ao adquirirem habilidades e conhecimentos específicos da maricultura, tornam-se agentes significativos na economia local. Tal empoderamento contribui para a sustentabilidade ambiental e econômica das comunidades pesqueiras, além de fortalecer a posição das mulheres dentro dessas comunidades.

A importância do empoderamento na economia familiar reflete-se também na capacidade das famílias de acessar e utilizar recursos financeiros de maneira eficaz. Isso engloba a educação financeira, o acesso ao microcrédito e a possibilidade de investir em melhorias produtivas. Famílias empoderadas são aquelas que conseguem planejar e gerenciar suas finanças de forma estratégica, garantindo sua segurança econômica e a capacidade de enfrentar adversidades. Logo, programas de educação financeira e microcrédito são essenciais para promover o empoderamento econômico das famílias, concedendo-lhes maior autonomia e resiliência.

Assim, o empoderamento está intimamente ligado à participação comunitária e à coesão social. Estudos mostram que famílias e indivíduos empoderados tendem a se envolver mais em suas comunidades, participando de associações, cooperativas e outras formas de organização coletiva. Essa participação ativa fortalece a economia local e promove a solidariedade e a cooperação, criando um ambiente mais justo e inclusivo. Por meio do empoderamento, as comunidades conseguem mobilizar recursos internos e enfrentar desafios coletivamente, aumentando sua capacidade de desenvolvimento sustentável e resistência a crises.

A literatura sobre o empoderamento na economia familiar destaca a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão e igualdade de oportunidades. Intervenções



focadas na capacitação de indivíduos e grupos marginalizados são essenciais para estabelecer uma base de desenvolvimento econômico e social sólida (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019). Programas de capacitação, acesso a crédito e iniciativas de fortalecimento comunitário são algumas das maneiras pelas quais esse empoderamento pode ser alcançado.

Programas de capacitação que incluem cursos de formação técnica e gestão financeira têm um papel importante na melhoria das competências individuais, promovendo sua autonomia econômica. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por exemplo, tem sido fundamental ao capacitar trabalhadores em diversas áreas, como eletrônica, enfermagem e administração, equipando-os com as ferramentas necessárias para entrar no mercado de trabalho ou aprimorar sua posição (Silva e Moura, 2022). A importância desses cursos está na oferta de um amplo leque de oportunidades para aqueles em busca de maior qualificação e, por extensão, melhores condições de vida.

O microcrédito emerge como uma estratégia relevante para o desenvolvimento econômico local. Instituições, como o Banco do Nordeste, através do programa Crediamigo, oferecem linhas de crédito para empreendedores de baixa renda, possibilitando que investem em infraestrutura, expandam seus produtos e serviços, e criem empregos e renda nas localidades onde atuam. Um estudo sobre o Banco Palmas apontou que o microcrédito tem um impacto significativo na redução da pobreza, ao promover oportunidades de negócios e inclusão financeira, estimulando o crescimento socioeconômico em regiões que, de outra forma, ficariam à margem do desenvolvimento (Mostagi et al., 2019).

Iniciativas de fortalecimento comunitário, tais como a criação de cooperativas, são cruciais para promover a coesão social e a capacidade das comunidades de enfrentar desafios coletivamente. A Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Paulo é um exemplo que destaca a colaboração entre seus membros, além de gerar renda e conscientização sobre a importância da reciclagem, fortalecendo as redes de apoio comunitário, o que se torna ainda mais relevante em momentos de crise (Gonçalves et al., 2013).

Portanto, a implementação conjunta de programas de capacitação técnica, acesso ao microcrédito e iniciativas de fortalecimento comunitário pode levar a uma transformação significativa das condições socioeconômicas locais. Estas estratégias,



quando aplicadas de maneira integrada e contínua, possuem o potencial de criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades, oferecendo às comunidades os recursos necessários para alcançar maior resiliência e prosperidade.

Diante do exposto, para compreender como se materializam a resiliência e o empoderamento no Brasil, é imprescindível situar a economia familiar em seu contexto nacional, explorando suas características e desafios.

2.3 A economia familiar no contexto brasileiro

A economia familiar no Brasil desempenha um papel crucial na estrutura econômica e social do país, sendo composta predominantemente por pequenos produtores e trabalhadores autônomos. Ela abrange atividades agrícolas, pecuárias e não agrícolas, fundamentais para o sustento e o desenvolvimento de comunidades rurais e urbanas. Essa economia se destaca por sua diversidade e pela importância das práticas de subsistência, essenciais para garantir a segurança alimentar e a estabilidade econômica de muitas famílias brasileiras (Guilhoto et al., 2006).

A agricultura familiar, um dos pilares dessa economia, é essencial na produção de alimentos e na manutenção da segurança alimentar no Brasil. Conforme apontam Guilhoto et al. (2007), ela representa uma parcela significativa do produto interno bruto agrícola e desempenha um papel essencial na produção de alimentos básicos. Embora as propriedades familiares sejam geralmente menores em comparação com as grandes propriedades comerciais, elas se destacam pela alta produtividade, diversidade de culturas e práticas sustentáveis. A relevância da agricultura familiar vai além da produção alimentar, pois também está ligada à preservação ambiental e à continuidade de práticas culturais e sociais.

O dualismo observado no campo brasileiro reflete a coexistência de diferentes formas de produção agrícola e suas respectivas disparidades. Para Aguilar, Gazolla e Schneider (2018), enquanto grandes propriedades e empresas agroindustriais se beneficiam de economias de escala e acesso a tecnologias avançadas, a agricultura familiar enfrenta desafios significativos, como a dificuldade de acesso a crédito e tecnologias. Esse dualismo alimenta desigualdades internas, evidenciando uma clara distinção entre grandes produtores e pequenos agricultores, que operam em condições



bastante diferentes. Por isso, as políticas públicas devem buscar reduzir essas desigualdades, promovendo um desenvolvimento mais equitativo.

Segundo Guilhoto et al. (2005), a agricultura familiar é não apenas uma atividade econômica, mas também um componente vital da estrutura social e cultural das comunidades rurais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a agricultura familiar é responsável por uma parte substancial da produção agrícola e desempenha um papel significativo na organização social local. As famílias envolvidas na agricultura familiar frequentemente mantêm tradições culturais e sociais que são passadas de geração em geração, contribuindo para a preservação da identidade local e regional.

Além do setor agrícola, a economia familiar no Brasil inclui uma ampla variedade de atividades não agrícolas, como pequenos comércios e serviços. Guilhoto et al. (2006) demonstram que essas atividades complementam a renda familiar, e isso colabora significativamente para a diversificação das fontes de receita. De modo notável, o setor de serviços, junto do comércio local (muitas vezes administrados por pequenos empreendedores familiares), desempenham um papel decisivo na economia das pequenas cidades e vilas, oferecendo emprego e serviços essenciais para a comunidade local.

Conforme Guilhoto et al. (2007), é vital que as políticas de apoio à agricultura familiar sejam elaboradas e implementadas com uma compreensão profunda das necessidades e dos desafios enfrentados por esses produtores. A criação de programas que facilitem o acesso ao crédito, a assistência técnica e a capacitação é essencial para ajudar os pequenos agricultores a aumentarem sua produtividade e sua sustentabilidade. Essas políticas precisam ser personalizadas de acordo com as realidades locais para serem efetivas e fomentarem o desenvolvimento inclusivo.

Ainda, integrar a economia familiar nas cadeias de valor locais e regionais é outra estratégia para estimular o desenvolvimento socioeconômico. Segundo Guilhoto et al. (2005), fortalecer as ligações entre os produtores familiares e os mercados locais pode melhorar o acesso aos mercados e aumentar as oportunidades de geração de receita. Assim, incentivar a participação de pequenos produtores em cadeias produtivas e redes de comercialização local é uma maneira eficaz de aumentar a competitividade e a viabilidade econômica da agricultura familiar.

A economia familiar no Brasil enfrenta desafios contínuos relacionados a mudanças climáticas, políticas econômicas e flutuações de mercado. Nesse contexto, as



famílias agrícolas precisam se adaptar a essas mudanças para manter a sustentabilidade e a prosperidade. Investir em tecnologias de adaptação, diversificar atividades e fortalecer as redes de apoio são estratégias que podem ajudar a enfrentar esses desafios, pois a resiliência da economia familiar depende, em grande parte, da capacidade das famílias de se adaptarem às mudanças e inovarem para garantir sua sobrevivência e seu sucesso a longo prazo.

A importância da economia familiar para o Brasil vai além do aspecto econômico, abrangendo dimensões sociais, culturais e ambientais. Valorizar essas atividades e oferecer apoio à realização delas é essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Ademais, integrar políticas públicas eficazes, promover práticas agrícolas sustentáveis e fortalecer as redes de comercialização são passos cruciais para apoiar e fortalecer a economia familiar no país.

3. Análise do documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar*

Com base nos fundamentos teóricos apresentados, esta seção analisa o documentário de Marcelo Gomes como reflexo das práticas resilientes e dos mecanismos de empoderamento no contexto da economia familiar.

O documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* oferece uma perspectiva profunda sobre a vida em uma comunidade carente na cidade de Toritama, no estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Por meio de uma narrativa íntima e envolvente, o documentário mostra como os habitantes dessa cidade interiorana enfrentam desafios econômicos e sociais, utilizando a economia familiar como uma estratégia significativa para garantir sua sobrevivência e bem-estar (Gonçalves et al., 2013).

As fábricas caseiras de Toritama, consideradas um centro ativo do capitalismo local, produzem mais de 20 milhões de jeans por ano. Os proprietários dessas fábricas se orgulham de serem seus próprios chefes e trabalham arduamente ao longo de todo o ano, exceto no Carnaval. Eles vendem tudo o que acumularam e descansam em belas praias durante essa semana de descanso. Tal comportamento reflete, de forma simbólica, a lógica do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1936), em *Raízes do Brasil*, que



ilustra como a organização social brasileira mescla formalidade e emotividade nas relações sociais e econômicas.

A resiliência é um tema central no documentário, demonstrando como as comunidades se moldam e desenvolvem estratégias diante das adversidades. Os moradores enfrentam desafios econômicos e sociais, mas encontram maneiras de se adaptar e prosperar. Segundo Baiardi e Alencar (2014), a resiliência em contextos carentes está ligada à capacidade de adaptação e inovação, permitindo que as comunidades mantenham sua estabilidade econômica e social mesmo diante de desafios significativos.

Contudo, essa adaptação também evidencia a permanência de estruturas autoritárias que atravessam o tempo. Lilia Schwarcz (2019), em *Autoritarismo brasileiro*, aponta como a desigualdade e a naturalização da exploração estão enraizadas em uma história de poder centralizado e exclusão social. A ausência de políticas públicas estruturadas e a informalidade retratada no filme reforçam esse legado de desigualdade.

A economia familiar, como retratada no documentário, é fundamental para a sustentabilidade das comunidades, já que não apenas garante a subsistência das famílias, mas também serve como um pilar socioeconômico essencial. Ela é vital para a reprodução social e econômica, contribuindo para a coesão social e o desenvolvimento local. No documentário, essa prática é apresentada como um meio de resistência e adaptação às mudanças externas e internas.

Gilberto Freyre (1933), em *Casa-Grande & Senzala*, discute as relações patriarcais e de dependência que moldaram a formação da sociedade brasileira. No contexto de Toritama, observa-se que a dinâmica produtiva informal e familiar guarda semelhanças com essa estrutura histórica, na qual há uma reprodução de relações sociais assimétricas, ainda que adaptadas à contemporaneidade.

A relação entre resiliência e economia familiar é evidenciada pelas estratégias de gestão utilizadas pelos moradores. A diversificação das fontes de renda e o uso de técnicas tradicionais são exemplos de como a economia familiar pode responder às mudanças e aos desafios. Gubert et al. (2020) argumentam que essas práticas melhoram a segurança econômica, bem como promovem a autonomia e a resiliência econômica das famílias. O documentário ilustra essas estratégias de forma vívida, mostrando como elas sustentam a vida na comunidade.



A construção cinematográfica de Marcelo Gomes adota um estilo observacional, característico do documentário contemporâneo, no qual o espectador é convidado a acompanhar o cotidiano dos personagens sem narração em off. Essa técnica está alinhada ao que a antropologia visual define como etnografia fílmica (Pink, 2007), permitindo um olhar imersivo sobre a realidade documentada. A ausência de julgamentos explícitos e a composição de cenas longas e silenciosas tornam o filme um testemunho potente das condições de vida e trabalho ali registradas.

Além da escolha pelo estilo observacional, o diretor Marcelo Gomes utiliza estratégias visuais que reforçam o senso de imersão e subjetividade. A câmera frequentemente adota planos fixos e longos, permitindo que o tempo real da ação se imponha sobre a narrativa tradicional. Essa opção estética retira o espectador da expectativa por explicações objetivas e o insere em uma experiência sensorial e etnográfica. As pausas visuais, como os momentos em que a câmera repousa sobre as mãos dos trabalhadores ou sobre o vazio das máquinas, evocam a dureza do cotidiano e a repetição mecânica do trabalho. O uso predominante de som diegético, sem trilha musical artificial, amplia essa sensação de realismo. É possível ouvir os ruídos do corte dos tecidos, os passos no chão de terra, os diálogos interrompidos por silêncio, elementos que contribuem para uma etnografia audiovisual densa. Segundo Nichols (2016), esse tipo de composição é característico do documentário reflexivo, em que a forma revela tanto quanto o conteúdo.

Outro aspecto importante abordado pelo documentário é a forma como a economia familiar contribui para a preservação cultural e social das comunidades. A gestão dos recursos e a organização familiar são não apenas atividades econômicas, mas também formas de manter tradições e vínculos comunitários. Correia, Chies e França (2020) ressaltam que o empoderamento das mulheres e a preservação de práticas culturais estão interligados à economia familiar. O documentário reforça essa conexão ao mostrar como essas práticas são passadas de geração em geração.

O documentário também aponta para a necessidade do respeito ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. As práticas econômicas retratadas são fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo das famílias e comunidades. Baiardi e Alencar (2014) observam que a resiliência das comunidades está profundamente ligada à gestão eficaz dos recursos disponíveis, o que é ilustrado no documentário com clareza.



O uso de práticas sustentáveis é uma forma de garantir a durabilidade e a produtividade a longo prazo.

Ainda, há o destaque aos desafios enfrentados pelas famílias, incluindo a falta de acesso a recursos e apoio institucional. A dificuldade de acesso a crédito, treinamento e mercados é uma barreira significativa para a resiliência e o sucesso das economias familiares. Gonçalves, Marta-Costa e Cristóvão (2013) explicam que a superação dessas barreiras requer políticas públicas e programas de apoio que promovam a inclusão e o desenvolvimento sustentável das comunidades. O documentário ilustra esses desafios e a necessidade de soluções eficazes.

Por fim, *estou me guardando para quando o Carnaval chegar* oferece uma visão ampla da resiliência e da importância da economia familiar, destacando como essas práticas são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar das comunidades em Toritama. Consoante a narrativa e as imagens, o documentário evidencia como a adaptação, a inovação e a preservação cultural são componentes fundamentais para a resiliência e o desenvolvimento das famílias e comunidades retratadas. A história apresentada é um testemunho da força e da capacidade de adaptação das comunidades de Toritama.

4. Discussão e implicações práticas

A partir da análise do documentário e dos referenciais teóricos, é possível discutir implicações práticas e propor caminhos para a criação de políticas públicas mais efetivas.

4.1 Estratégias de resiliência e adaptação na economia familiar

As estratégias de resiliência observadas no filme e na literatura revelam-se como pilares fundamentais da sustentação econômica familiar frente a crises estruturais. Ainda, são fundamentais para entender como as famílias agricultoras enfrentam e superam os desafios contemporâneos. O conceito de resiliência, neste contexto, refere-se à capacidade das comunidades rurais e das unidades produtivas de se adaptarem e prosperarem diante das adversidades econômicas, climáticas e sociais (Baiardi; Alencar, 2014). A focagem na agricultura familiar revela a importância dessas práticas para a manutenção da estabilidade e a promoção da segurança alimentar.



A resiliência na economia familiar manifesta-se por meio da implementação de estratégias adaptativas, que possibilitam aos trabalhadores enfrentarem desafios como as mudanças climáticas, variações de mercado e crises econômicas. De acordo com Teixeira e Pires (2017), a capacidade de adaptação envolve a adoção de técnicas inovadoras e sustentáveis, bem como a diversificação das atividades produtivas. O documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* ilustra essas práticas ao mostrar como as famílias em Toritama adaptam suas abordagens para garantir a continuidade e a sustentabilidade de suas atividades econômicas.

A diversificação é apontada como uma estratégia-chave para a resiliência das economias familiares. Como afirmam Gubert et al. (2020), a diversificação das culturas e das fontes de renda permite aos agricultores reduzir os riscos associados à dependência de um único produto ou mercado. No documentário, observa-se como as famílias introduzem novas culturas e atividades complementares. Suas produções de jeans e a criação de pequenos negócios familiares representam maneiras pelas quais podem garantir uma mínima segurança econômica.

Outro aspecto essencial é a integração de práticas sustentáveis. Baiardi e Alencar (2014) argumentam que a resiliência das comunidades tem ligação profunda com sua capacidade de adotar práticas que respeitem o meio ambiente e otimizem o uso dos recursos naturais. Embora o documentário não se concentre especificamente nas práticas ambientais, ele aponta a necessidade do respeito ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, demonstrando que práticas econômicas devem ser equilibradas para garantir a durabilidade e a produtividade a longo prazo.

De modo geral, o documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* proporciona uma visão ampla sobre como as famílias de Toritama enfrentam e se adaptam a uma variedade de desafios. As estratégias de resiliência ilustradas são essenciais para a manutenção da estabilidade econômica e a promoção da sustentabilidade, sublinhando a importância da inovação, da colaboração e do apoio institucional para o sucesso das práticas econômicas familiares.

4.2 Mecanismos de empoderamento e autonomia na economia familiar

Além das estratégias de adaptação, o fortalecimento da autonomia das famílias, por meio do empoderamento, mostra-se igualmente essencial. Esses fatores têm se



mostrado essenciais para fortalecer a resiliência na economia familiar, sobretudo no contexto da agricultura familiar. O conceito de empoderamento envolve o processo pelo qual indivíduos e grupos obtêm maior controle sobre suas vidas, fazendo escolhas informadas e sustentáveis a respeito de seus recursos e atividades (Gonçalves et al., 2013). Esse processo é particularmente relevante na agricultura familiar, refletindo-se na habilidade das famílias de adaptarem suas práticas agrícolas e enfrentarem desafios de maneira mais eficiente, de modo a impulsionar a sustentabilidade e o crescimento econômico.

Outros aspectos fundamentais para promover o empoderamento e a autonomia são a formação e a educação. Conforme indicado por Correia, Chies e França (2020), os programas de capacitação são vitais para que os agricultores adquiram as habilidades e os conhecimentos necessários para aprimorar suas práticas agrícolas e gerenciar seus recursos de modo mais eficiente. Dessa forma, o acesso a treinamentos e oficinas focadas em técnicas de cultivo sustentável e gestão de recursos pode elevar significativamente a produtividade e a resiliência das famílias agrícolas, habilitando-as a superar desafios de maneira mais habilidosa.

A criação e o fortalecimento de redes de apoio comunitário desempenham um papel vital no empoderamento das famílias agrícolas. Gonçalves, Marta-Costa e Cristóvão (2013) argumentam que a cooperação entre famílias e comunidades proporciona uma base sólida para o desenvolvimento sustentável, porque as redes de apoio permitem que as famílias compartilhem recursos, conhecimentos e experiências, o que fortalece a capacidade coletiva de enfrentar adversidades e implementar soluções inovadoras. Em tal contexto, a formação de cooperativas e associações de agricultores é um exemplo de como a colaboração pode promover a autonomia e a resiliência.

O acesso a políticas públicas e suporte institucional também é fundamental para fortalecer o empoderamento e a autonomia das famílias agrícolas. Guilhoto et al. (2007) destacam que políticas que fornecem acesso a crédito, assistência técnica e mercados são essenciais para o sucesso da agricultura familiar. Ainda, o apoio institucional também é vantajoso, podendo incluir a criação de programas de financiamento, subsídios e políticas que facilitem o acesso a novos mercados. Esses mecanismos ajudam as famílias a superarem barreiras econômicas e a investirem em melhorias em suas práticas agrícolas.

Segundo Teixeira e Pires (2017), a adoção de técnicas agroecológicas, como o cultivo consorciado e a rotação de culturas, melhora a produtividade e reduz o impacto



ambiental. Essas práticas não apenas contribuem para a preservação dos recursos naturais, mas também aumentam a capacidade das famílias de lidar com as mudanças climáticas e outras adversidades. Sendo assim, a integração de práticas sustentáveis é uma forma eficaz de promover a resiliência a longo prazo.

Guilhoto et al. (2006) afirmam que a capacidade de se adaptar e inovar é essencial para enfrentar novos desafios e explorar oportunidades. Ademais, a experimentação com novas tecnologias, variedades de culturas e métodos de cultivo pode levar a melhorias significativas na eficiência e na sustentabilidade das práticas agrícolas. O incentivo à inovação e à pesquisa é fundamental, pois, para o desenvolvimento contínuo e a adaptação às condições em constante mudança.

Por último, o desenvolvimento de habilidades de gestão e planejamento é essencial para a autonomia das famílias agrícolas. De acordo com Correia, Chies e França (2020), a capacidade de planejar e gerenciar as atividades agrícolas de forma eficaz é fundamental para a manutenção da resiliência e do crescimento econômico. Logo, a formação em gestão financeira, planejamento estratégico e análise de mercado ajuda as famílias a tomar decisões informadas e a maximizar o uso dos recursos disponíveis. O fortalecimento dessas habilidades contribui para a construção de uma base sólida para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

4.3 Uma análise do mercado de trabalho e perspectivas de futuro

Diante da realidade representada, cabe ainda examinar as tendências do mercado de trabalho e suas repercussões para a sustentabilidade das economias familiares, a fim de traçar um panorama do mercado de trabalho e das perspectivas futuras, serão analisados os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), explorando as nuances da informalidade, da formalização, do empreendedorismo e da adaptabilidade no laboral. Também serão discutidos os desafios enfrentados pelas famílias, as oportunidades de fortalecimento da resiliência e a importância da participação comunitária e do empoderamento feminino na construção de um futuro mais justo e sustentável para o campo brasileiro. A PNAD Contínua referente ao primeiro trimestre de 2023 revela uma taxa de informalidade de 39,8% (IBGE, 2023), indicando a flexibilidade dos trabalhadores em encontrar meios de subsistência, mesmo que precários. A RAIS



2022 complementa essa análise, mostrando que a maioria dos vínculos de trabalho ativos (44.167.201) é celetista (MPT, 2022), o que garante acesso a direitos e benefícios trabalhistas, contribuindo para a resiliência econômica das famílias. Ainda, a remuneração média real de R\$ 3.754,80 em 2022 também é um fator relevante, embora sua evolução precise ser analisada para avaliar o impacto da inflação no poder de compra (MPT, 2022).

No contexto atual, o empreendedorismo surgiu como uma estratégia crucial para muitos brasileiros. De acordo com o IBGE (2023), 29,9 milhões de pessoas estão atuando como empregadores ou trabalhadores por conta própria em 2023. Esses números não refletem apenas a busca por autonomia econômica, mas também demonstram a necessidade de adaptação a um mercado em constante evolução. Contudo, a inflação representa um desafio significativo para esses empreendedores, impactando o poder de compra, os custos operacionais e a rentabilidade dos negócios. Estudos do Banco Central do Brasil evidenciam que a inflação elevada pode diminuir o consumo e elevar os custos de produção, desafiando o crescimento sustentável dessas iniciativas.

Ao analisar o perfil desses empreendedores, observa-se uma predominância nos setores de comércio, serviços e agricultura, motivados por melhorias nas condições de vida, complementação da renda familiar ou pela escassez de oportunidades formais de emprego. Essa análise permite uma compreensão mais detalhada das motivações para o empreendedorismo no Brasil. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados ilustram a flexibilidade e capacidade de adaptação desses trabalhadores, especialmente em termos de requalificação profissional e transição entre setores. Por exemplo, a migração de setores tradicionais, como a indústria, para áreas em crescimento, como tecnologia e serviços, destaca a adaptabilidade desses profissionais diante das novas demandas do mercado. Essa adaptabilidade é vital em um cenário econômico marcado pela volatilidade, onde a capacidade de inovação é fundamental para a sobrevivência de um negócio (Brasil, 2023).

Entretanto, desafios como a informalidade, precarização do trabalho, desigualdade de gênero e acesso limitado a recursos persistem. No entanto, o desenvolvimento de tecnologias e a promoção da economia solidária, juntamente com o fortalecimento de redes de apoio comunitário, abrem caminhos para a resiliência e o empoderamento dessas populações. Na agricultura familiar, a adoção de práticas de agricultura sustentável, tais como sistemas agroflorestais e manejo integrado de pragas (MIP), pode trazer benefícios significativos. De acordo com Silva et al. (2020), os sistemas



agroflorestais permitem maior diversificação, melhoram a conservação do solo e da água, e reduzem a dependência de insumos externos. Isso é particularmente relevante em um contexto em que os pequenos agricultores muitas vezes enfrentam dificuldades para acessar recursos financeiros e tecnológicos.

O MIP oferece uma alternativa sustentável para o controle de pragas, reduzindo o uso de pesticidas e seus impactos negativos, enquanto melhora a viabilidade econômica de pequenos produtores (Silva et al., 2020). A utilização de aplicativos de gestão agrícola e plataformas de comércio eletrônico pode aumentar a eficiência e rentabilidade da agricultura familiar. Ferramentas digitais ligadas à agricultura de precisão vêm se consolidando como instrumentos estratégicos para melhorar o planejamento das propriedades, controlar custos e monitorar o desempenho das lavouras em tempo real. Além do apoio à gestão, plataformas digitais voltadas à comercialização têm ampliado as possibilidades de venda direta, fortalecendo a renda dos agricultores e reduzindo intermediários (Kolling e Rampim, 2021). Essas tecnologias não só aprimoram a eficiência operacional, mas também fortalecem a autonomia dos agricultores, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e a resiliência da agricultura familiar no Brasil.

Outro artifício para fortalecer a resiliência e o empoderamento das famílias são as necessárias políticas públicas e intervenções sociais que promovam a inclusão, a igualdade de oportunidades e a participação ativa das comunidades. Programas de microcrédito, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, são um exemplo de política pública.

O microcrédito, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023), é a forma de financiamento que possibilita o acesso ao crédito pelos pequenos empreendedores. Possui metodologia própria, que visa ao perfil e às necessidades dos empreendedores, promovendo, assim, as atividades produtivas e as relações sociais das pessoas mais necessitadas e estimulando a ocupação, o emprego e a geração de renda. Uma das características mais marcantes do microcrédito é a sua natureza solidária de financiamento, isto é, grupos de interesses são organizados para garantir que o usuário retorne o dinheiro (Silveira Filho, 2005).”

Facilita-se, assim, o fomento à agricultura familiar, por meio de assistência técnica, acesso a mercados e incentivo à produção agroecológica, o que é importante para garantir a segurança alimentar e a geração de renda no campo. A criação de espaços de cuidado para crianças e idosos, como creches e centros de convivência, pode liberar as



mulheres para o trabalho e outras atividades, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

O investimento em educação e qualificação profissional é uma estratégia essencial para ampliar as oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos. Nesse âmbito, iniciativas como o Pronatec têm um papel crucial. Desde sua implementação, em 2011, o principal objetivo do Pronatec é expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, atendendo às demandas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, oferecendo melhores oportunidades de emprego à população. De acordo com informações do Ministério da Educação (Brasil, 2020), o Pronatec alcançou mais de 8 milhões de matrículas, evidenciando seu significativo impacto na qualificação da força de trabalho no Brasil.

Contudo, avaliações mais precisas sobre a efetividade do programa requerem a análise de estudos externos que mensurem seu impacto na empregabilidade e qualidade de vida dos participantes. Uma pesquisa realizada por Silva e Moura (2022) mostrou resultados variáveis do Pronatec na empregabilidade dos participantes entre diferentes regiões do Brasil, indicando maior eficácia nas regiões Sudeste e Sul, onde o mercado de trabalho é mais dinâmico. Por outro lado, relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (2019) apontam para a discrepância entre a oferta dos cursos do Pronatec e as demandas do mercado de trabalho, o que tem dificultado a inserção de muitos egressos em empregos formais (IPEA, 2019).

Essas evidências sugerem que, apesar dos avanços promovidos pelo Pronatec na educação e qualificação profissional no Brasil, existem desafios significativos a serem superados. É imperativo um esforço contínuo para alinhar a oferta de cursos com as necessidades reais do mercado e considerar as particularidades regionais, assegurando que a qualificação seja efetiva em todo o país. Assim, o Pronatec poderá contribuir efetivamente para a empregabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros.

A participação ativa das comunidades na formulação e na implementação de políticas públicas é essencial para garantir que estas atendam às necessidades reais da população. Métodos como entrevistas, grupos focais e pesquisas participativas são eficazes para ouvir as vozes dos trabalhadores e trabalhadoras, permitindo que suas experiências e perspectivas sejam incorporadas no processo decisório. De acordo com Cohen e Uphoff (1980), a participação comunitária não só melhora a adequação das



políticas, mas também aumenta a coesão social e a capacidade das comunidades de se autogerirem (Cohen; Uphoff, 1980).

O empoderamento feminino é igualmente importante para o fortalecimento da resiliência familiar e comunitária. Iniciativas como o Programa Mulheres Mil e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) têm mostrado resultados positivos nesse aspecto. O Programa Mulheres Mil, por exemplo, oferece capacitação e assistência técnica para mulheres em áreas rurais e urbanas, promovendo a autonomia e a liderança feminina. Além disso, estudos demonstram que a participação das mulheres em programas de capacitação resulta em melhorias significativas na renda familiar e na qualidade de vida (Pinto, 2013).

Nesse sentido, o Pronater tem se destacado ao fornecer suporte técnico especializado para mulheres agricultoras, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e a gestão eficiente de recursos. Conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Brasil, 2020), essas iniciativas têm contribuído para a valorização do papel das mulheres no campo e para a promoção da igualdade de gênero no ambiente rural (Brasil, 2020).

4.4 Recomendações para políticas públicas e intervenções sociais focadas na economia familiar

Com base nas evidências apresentadas, pode-se sugerir intervenções que promovam a resiliência e o empoderamento das famílias brasileiras de maneira estruturada. A capacitação e o treinamento contínuos devem ser parte essencial das estratégias de desenvolvimento agrícola. Conforme Correia, Chies e França (2020), adquirir conhecimentos em técnicas de cultivo, gestão financeira e práticas sustentáveis é crucial para aumentar a produtividade e fortalecer a resiliência das famílias rurais. Programas educacionais que oferecem cursos e *workshops* especializados ajudam a aprimorar as competências dos agricultores, promovendo a adoção de práticas mais eficazes e sustentáveis, o que resulta em uma agricultura mais produtiva e ambientalmente responsável.

A criação de redes de apoio e cooperação entre agricultores também é fundamental. Segundo Gonçalves, Marta-Costa e Cristóvão (2013), as cooperativas e associações são importantes para fortalecer a capacidade coletiva das famílias agrícolas.



Essas redes de apoio permitem a troca de conhecimentos, experiências e recursos, facilitando a superação de desafios e a implementação de soluções inovadoras. Políticas que incentivem a formação e o fortalecimento dessas redes podem promover maior integração e colaboração no setor agrícola.

A promoção de práticas agrícolas sustentáveis deve ser uma prioridade nas políticas públicas. Teixeira e Pires (2017) esclarecem que a adoção de práticas agroecológicas pode aumentar a resiliência das famílias agrícolas frente às mudanças climáticas e às flutuações de mercado. Políticas que incentivem o uso de técnicas sustentáveis, como a rotação de culturas e o MIP, não só beneficiam o meio ambiente, mas também contribuem para a estabilidade e o sucesso econômico das famílias agrícolas.

O acesso a mercados e canais de comercialização é outro aspecto vital. Guilhoto et al. (2007) afirmam que facilitar o acesso a mercados locais e regionais pode ajudar as famílias a diversificarem suas fontes de renda e reduzir a dependência de intermediários. Além disso, políticas que promovam feiras agroecológicas, cooperativas de comercialização e plataformas digitais para vendas podem expandir as oportunidades de mercado e melhorar a renda dos agricultores familiares.

A inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas também é fundamental para o empoderamento das famílias agrícolas. De acordo com Gubert et al. (2020), o empoderamento das mulheres no setor agrícola tem impactos positivos na produtividade e na sustentabilidade. Programas específicos que promovam a igualdade de gênero e ofereçam suporte adicional para as mulheres agricultoras podem contribuir para um desenvolvimento mais equitativo e eficaz da agricultura familiar.

Para concluir, ressalta-se a necessidade de garantir a participação ativa das comunidades locais na formulação e na implementação das políticas públicas. Correia, Chies e França (2020) ressaltam que incluir as vozes dos agricultores e das comunidades é fundamental para garantir que as políticas atendam às necessidades reais e sejam eficazes. Processos participativos que envolvam as famílias agrícolas na tomada de decisões podem, pois, melhorar a adequação das políticas e aumentar o impacto positivo das intervenções.

Outro aspecto relevante a ser considerado na linguagem audiovisual do documentário é a forma como a montagem constrói uma narrativa de contraste temporal. Ao alternar imagens do cotidiano intenso das fábricas caseiras com cenas de



contemplação durante o período do Carnaval, o filme evidencia uma pausa no ciclo produtivo que ganha peso simbólico. A câmera se torna mais “fluida” nesses momentos, com planos abertos que revelam paisagens praianas e movimentos desacelerados. Esse contraste reforça o Carnaval como um rito de suspensão, um respiro simbólico diante da opressão cotidiana. Conforme aponta Rodrigues (2020), o cinema documental brasileiro contemporâneo tem recorrido com frequência a esses dispositivos para tensionar a realidade, rompendo com a linearidade temporal e criando espaços para o imaginário social emergir. No caso do filme de Gomes, esse recurso aproxima a narrativa das práticas culturais brasileiras de fuga, prazer e ressignificação.

5. Conclusões

A análise do documentário *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar*, à luz dos conceitos de resiliência e empoderamento, evidenciou como as práticas econômicas familiares constituem um eixo estruturante para a sobrevivência e a coesão social em contextos de vulnerabilidade. Em Toritama, a informalidade produtiva, a organização autônoma e o senso de coletividade revelam estratégias sociais profundamente enraizadas, remontando a heranças históricas de dominação e resistência, conforme discutido por Freyre, Schwarcz e Buarque de Holanda.

A resiliência aparece, nesse contexto, como um atributo dinâmico das famílias que, mesmo diante de adversidades estruturais, encontram meios de sustentar suas economias e manter suas redes sociais. Essa resiliência se manifesta não apenas na adaptação ao trabalho precarizado, mas também na capacidade de reorganizar o cotidiano em torno de referências culturais, como o Carnaval, símbolo de ruptura temporária com a lógica produtiva exaustiva.

O empoderamento, por sua vez, se articula à autonomia das famílias na condução de seus meios de vida. A autogestão das pequenas fábricas, o protagonismo das mulheres e a transmissão geracional de saberes apontam para formas de emancipação que desafiam a dependência de estruturas institucionais frágeis ou ausentes. Tais elementos são também reforçados pela linguagem cinematográfica do documentário, que, ao privilegiar planos longos, som diegético e montagem contrastiva, amplia a percepção da agência dos sujeitos filmados.



Torna-se evidente, assim, que políticas públicas orientadas ao fortalecimento da economia familiar devem priorizar o reconhecimento das práticas já existentes nas comunidades, promovendo acesso a crédito, capacitação técnica, suporte educacional e inserção em canais de comercialização solidários. Além disso, é fundamental incentivar práticas sustentáveis que contribuam para a preservação ambiental e a estabilidade econômica, como estratégias de diversificação produtiva, rotação de culturas e manejo integrado.

Por fim, a participação ativa das famílias e comunidades locais no processo de formulação e implementação das políticas públicas é indispensável. Ouvir as vozes daqueles que vivem na ponta das desigualdades permite a criação de estratégias mais eficazes, contextualizadas e sustentáveis. O documentário analisado não apenas denuncia a precariedade, mas também ilumina a potência das práticas cotidianas, simbólicas e produtivas como formas de resistência, reafirmando a importância de políticas inclusivas e colaborativas que valorizem os saberes locais e promovam o bem-viver.

Referências bibliográficas

AGUILAR, J. R. D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 56, p. 123-142, jan./mar. 2018.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. D. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 45-62, 2014.

BRASIL. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Novo Caged: Brasil registra 130.097 postos de trabalho com carteira assinada em novembro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/dezembro/novo-caged-brasil-registra-130-097-postos-de-trabalho-com-carteira-assinada-em-novembro>. Acesso em 22 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Anual do Pronatec. Brasília: MEC, 2020.

CARVALHO, Victorya Elizabete Nipo Teixeira de; KNOX, Winifred. Mariculturas e empoderamento feminino em comunidades pesqueiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12, 2021, Florianópolis. Anais. p. 1-8.

COHEN, J. M.; UPHOFF, N. T. Participation's Place in Rural Development: Seeking Clarity through Specificity. *World Development*, v. 8, n. 3, p. 213-235, 1980.



CORREIA, J. M.; CHIES, C.; FRANÇA, F. F. O empoderamento das mulheres aposentadas rurais: estudo do município de Mamborê-PR. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 11, n. 1, p. 134-151, set. 2020.

COSTA, Marisa Lúcia da. Pobreza e resiliência: contributo para o estudo sobre os efeitos do trabalho das Zungueiras de Benguela na economia familiar. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

CRUZ, J. J. de; LIMA, J. R. O.; CAMPOS, L. K. C. Agricultura familiar: a feira agroecológica como base para o empoderamento feminino. *Cadernos Macambira*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 126-131, 2021.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres*. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/ater>. Acesso em: 07 ago. 2024.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, H. J. D. C. F.; MARTA-COSTA, A. A.; CRISTÓVÃO, A. Empoderamento de comunidades rurais como prática de revitalização de aldeias. *Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 3, n. 2, p. 86-99, jul./dez. 2013.

GRAFTON, R. Q.; DOYEN, L.; BÉNÉ, C.; et al. Realizing resilience for decision-making. *Nature Sustainability*, [S. l.], v. 2, p. 907-913, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41893-019-0376-1>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GUBERT, F. P. P. et al. Empoderamento feminino na agricultura familiar. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 23-30, 2020.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 44, p. 355-382, set. 2006.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: *V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS*, 5, 2007, São Paulo. Anais. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007, p. 1-17.

GUILHOTO, Joaquim. J. M. et al. *Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul*. Acervo de Publicações do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília, setembro, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/6-agricultura-familiar-na-economia-brasil-e-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 07 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desafios e Perspectivas do Pronatec: Uma análise crítica dos resultados. Brasília: IPEA, 2019.

KOLLING, Caio Ericles; RAMPIM, Leandro. Precision and digital agriculture: perspectives and challenges for farmers in the state of Paraná. *Uningá Review*, Maringá, v. 36, eURJ3981, 2021.

MASTEN, A. S. Resilience Theory and Research on Children and Families: Past, Present, and Promise. *Journal of Family Theory & Review*, v. 10, n. 1, p. 12-31, 2018.

MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. *Interações, Campo Grande, MS*, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1653>. Acesso em: 21 ago. 2024.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2016.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M. A. Empowerment theory, research, and application. *American Journal of Community Psychology*, [S. l.], v. 23, p. 569-579, 1995.

PINK, Sarah. Doing visual ethnography. 2. ed. London: SAGE Publications, 2007.

PINTO, C. A. Empoderamento Feminino e Políticas Públicas: Análise do Programa Mulheres Mil. Brasília: Ipea, 2013.

RODRIGUES, Laécio Ricardo de Aquino. Notas sobre o documentário contemporâneo. *Revista FAMECOS*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e35896, 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.35896. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/35896>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Microcrédito. 2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos#:~:text=O%20Serviço%20Brasileiro%20de%20Apoio,R%24%204%2C8%20milhões. Acesso em: 07 ago. 2024.



SILVA, B. C.; COSTA, E. C.; SALDANHA, M. A.; PROCKNOW, D.; SOUZA, P. D. de; CRODA, J. P.; CAPITANI, L. C. Métodos de controle e prevenção de insetos-praga em povoamentos florestais / Methods of pest insect control and prevention in forest stans. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 48477–48496, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-480. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13501>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, e240913, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248240913por>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: experiência empreendedora do CEAPE. 2005. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, set. 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4355/1/arquivo5967_1.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

SOUZA, Marcelo C. Mesquita de. Taxa de juros em operações de microcrédito: taxas subsidiadas versus taxas de mercado. *Revista de Administração Contemporânea*, [S. l.], v. 10, n. esp., p. 151-170, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000500009>. Acesso em: 24 set. 2025.

TEIXEIRA, C. T. M.; PIRES, M. L. L. S. Análise da relação entre produção agroecológica, resiliência e reprodução social da agricultura familiar no Sertão do Araripe. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 55, p. 47-64, jan./mar. 2017.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? – Índice de Gini. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, v. 1, n. 4, nov. 2024. IPEA.



Sobre os autores

Sebastião Felipe Lucena Pessoa é Doutorando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Mestre em Direito pela Universidade de Marília (Unimar-SP). Especialista em Direito Público e em Gestão, Governança e Setor Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de Teresina (Bolsista integral Prouni). Advogado e Chefe de Gabinete do Prefeito do município de Tuntum-MA. E-mail: felipeepessoa@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1305-8169>.

Renato Bernardi é pós-doutor no CESEG (Centro de Estudios de Seguridad) da Universidad de Santiago de Compostela, Espanha. Doutor em Direito do Estado (subárea Direito Tributário) - PUC-SP. Mestre em Direito Constitucional - ITE-Bauru. Professor efetivo dos cursos de Bacharelado em Direito e do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas - Mestrado e Doutorado do CCSA, Campus de Jacarezinho da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Professor Convidado do PPGD da Universidade de Marília - UNIMAR. Procurador do Estado de São Paulo desde 1994. E-mail: bernardi@unimar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5938-5545>.

Créditos de autoria

Os autores contribuíram igualmente com a conceituação, escrita e revisão do artigo.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação das pesquisas.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa não foi realizada com financiamento.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam as conclusões deste estudo estão disponíveis no próprio artigo.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Não foi utilizada ferramenta de IA no desenvolvimento deste trabalho.

Editoras Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

